

---

## OS ARRANJOS COMO DISPOSITIVOS COMUNICACIONAIS A PARTIR DE CENAS DE DISSENSO: poder, polícia e subjetivação em movimentos de resistência<sup>1</sup>

## ARRANGEMENTS AS COMMUNICATIONAL DISPOSITIFS FROM SCENES OF DISSENT: power, police and subjectivation in movements of resistance

Francine Altheman<sup>2</sup>

**Resumo:** O objeto de estudo neste artigo são os movimentos de insurgência com a empiria focada especificamente na insurgência secundarista, que ocupou mais de 200 escolas no Estado de São Paulo em 2015. O objetivo, com a realização desta pesquisa, foi apreender como os processos comunicativos nesses movimentos promovem cenas de dissenso e, conseqüentemente, transformam os sujeitos envolvidos, no sentido de promover sua emancipação política. A proposta parte da reconstrução das cenas de dissenso, no sentido de Jacques Rancière, das ocupações secundaristas, passando pelas análises de seus processos comunicativos, que envolveram as táticas de comunicação dos movimentos de resistência. Além disso, a análise também explora os arranjos disposicionais, a partir da proposta de Braga, com base nos conceitos de Foucault, que produzem as cenas de insurgência, envolvendo especialmente o confronto policial.

**Palavras-Chave:** Arranjos disposicionais. Cenas de dissenso. Insurgência secundarista.

**Abstract:** The object of study of this article is the movements of insurgency with the empirical process particularly focused on the secondary insurgency, that occupied over 200 schools in São Paulo in 2015. The objective of the research is to apprehend how communicative processes in these movements promote scenes of dissent and, consequently, change the involved individuals, in the sense of promoting their political emancipation. The proposal presumes the reconstruction of the dissent scenes of the secondary students' occupations, in the sense of Jacques Rancière, by analyzing their communicative processes, which involve the communication tactics of the resistance movements. Besides that, the analysis also explores the dispositional arrangements, from the Braga proposal, based on the concepts of Foucault, that produce the insurgent scenes, involving especially the confront with the police.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil da 9ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (9ª COMPOLÍTICA), realizado em formato remoto, de 24 a 28 de maio de 2021.

<sup>2</sup> Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); professora do curso de Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP); e-mail: [franaltheman@gmail.com](mailto:franaltheman@gmail.com).

---

**Keywords:** *Dispositional arrangements. Scenes of dissent. Secondary students' insurgency.*

---

## 1. Introdução

No final de 2015, estudantes do Estado de São Paulo iniciam um levante, que traz muitas das características dos chamados movimentos insurgentes: horizontalidade, apartidarismo, inspiração no novo anarquismo, ocupação do espaço público, que se transformam em espaços de trocas, resistência e experimentações, entre outras características. O movimento foi promovido por estudantes do Ensino Médio que ocuparam mais de 200 escolas contra o projeto de reorganização escolar proposto pelo governo de São Paulo para ser implementado no ano seguinte. Como consequência dessa medida, mais de 150 escolas seriam afetadas, com encerramento de turnos e ciclos.

A partir do anúncio da reorganização escolar, acontece uma sucessão de eventos insurgentes, iniciando com o rompimento dos estudantes com a constituição de poder do governo e a auto-organização de um movimento. Estudantes foram às ruas em diversas ocasiões para protestar contra a medida do governo estadual. Essa onda de protestos teve, entre seus episódios, o fechamento de ruas em São Paulo, fomentado por *performances* criativas dos alunos, que simulavam salas de aula nas principais vias e empunhavam cartazes produzidos por eles mesmos, no calor do momento (CAMPOS et al., 2016).

Para tentar sufocar o movimento nas ruas, a polícia militar entrou em confronto com os estudantes, promovendo cenas de forte repressão. Na insurgência secundarista, mesmo tendo como protagonistas jovens de até 18 anos, na maioria dos casos, o governo, utilizando sua força policial, não poupou os estudantes de agressões físicas e intervenções truculentas características de um Estado repressor.

Os processos comunicativos em torno do confronto entre polícia e estudantes durante os protestos nas ruas promoveram arranjos e transformações nos próprios sujeitos envolvidos, configurando-se como objeto de análise deste trabalho.

A proposta, portanto, é compreender os dispositivos comunicacionais que permeiam movimentos de resistência a partir da reconstrução de cenas dissensuais, com foco nas relações de poder que permeiam esses movimentos, a violência intrínseca a esse jogo de biopoder, e nos arranjos disposicionais que se chocam com essas relações.

Para tanto, é necessário apreender os conceitos sobre reconstrução de cenas, proposto por Rancière, em inter-relação com os conceitos foucaultianos de dispositivo, biopolítica e relações de poder. Esta intersecção de aportes teóricos é uma aposta deste trabalho, desenvolvida no processo de pesquisa durante o doutorado, qual seja, o entrelaçamento entre as cenas e os dispositivos foucaultianos, que também fazem parte da reflexão construída pelo próprio Rancière, ainda que de maneira pouco tematizada.

A partir do método de reconstrução de cenas, proposto por Rancière (2018), é possível analisar os desdobramentos das cenas de dissenso que compõem os confrontos de estudantes com a polícia. Neste trabalho pretendeu-se trazer para a cena os enfrentamentos dos secundaristas que se configuram como arranjos disposicionais. Partindo da proposta de José Luiz Braga (2018, 2020) para pensar os conceitos foucaultianos no âmbito da comunicação, aborda-se essa aposta metodológica para observar as relações que se formam durante a insurgência secundarista. A proposta é observar os deslocamentos sutis que se produzem durante o movimento, partindo da premissa de que o arranjo é o centro do dispositivo, que se compõe de microestratégias para o seu ajustamento e o seu funcionamento.

## **2. Reconstrução de cenas de dissenso dos movimentos de insurgência**

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, parte-se do pressuposto de que as cenas insurgentes são acontecimentos que podem ser reconstruídos a posteriori, a partir do olhar para o dissenso e para a partilha do sensível.

Uma cena polêmica, no sentido utilizado por Rancière (2009b, 2018), é composta de dois movimentos, sendo uma fabulação do tempo e do espaço nos quais

os atores “aparecem” e se fazem ver e ouvir, e uma montagem operada por aquele que relata as singularidades que tornam a cena única, mas, ao mesmo tempo, conectada a vários eventos e processos mais amplos. A cena, portanto, tem dois significados essenciais para Rancière que são os seguintes: ela é a síntese de seu método da igualdade e, ao mesmo tempo, o *locus* da constituição performática do sujeito político e da partilha política do sensível.

No conceito de cena há a escolha de um certo modo de racionalidade: pensamos na espessura de um acontecimento singular, podemos ler o conjunto dos vínculos que definem uma singularidade política, artística ou teórica. Trata-se de colocar em relação o que aparece como sem relação, ou de mostrar uma capacidade que parece não mais existir. Penso que a questão da cena é também ligada muito fortemente à questão da aparência, ao fato de que a aparência não é o contrário da realidade, mas a cena da manifestação. A teatralidade é a construção de um outro universo de aparências: o fato de fazer aparecer o que não aparecia, ou de fazer aparecer de forma diferente o que aparecia sob um certo modo de visibilidade e inteligibilidade (RANCIÈRE, 2018, p.14).

O processo de reconstrução está permeado por cenas dentro de cenas, pelas teias discursivas que vão se entrelaçando, pelas perspectivas dos documentos e narrativas utilizados para essa fabulação, pelas narrativas dos atores principais desse movimento, no caso dessa pesquisa, os secundaristas, e pela minha própria perspectiva como pesquisadora. Ou seja, é uma rede de feixes discursivos e comunicacionais que se entrelaçam na reconstrução da cena.

A cena é o encontro direto entre o mais particular e o mais universal. Nesse sentido, é o exato oposto da generalidade estatística. [...] Eu construo a cena como uma pequena máquina na qual o máximo número de sentidos pode ser condensado em torno de uma questão central, que é a questão da partilha do mundo sensível. A partir dessa base construo a cena e a considero como tal, como função de sua capacidade de desafiar todos os conceitos ou discursos, todas as ficções que lidam com as mesmas questões, ou seja, qual relação existe entre o fato de ter ou não ter tempo, e o fato de ser capaz ou não de pensar (RANCIÈRE, 2016, p.74).

A experiência e o acontecimento que reconstrói as cenas de insurgência se configuram também por meio das imagens, mas não são imagens quaisquer. São as imagens produzidas durante o ato da disputa política, ou seja, no momento da chegada da polícia. São imagens conflituosas, performáticas, em que aquele que filma

também é um manifestante. Desse modo, ao se colocar no meio da resistência política com a câmera (normalmente o celular), o corpo político se configura numa força e numa ação de reconfiguração acerca da qual tenta-se compreender, sob o viés comunicacional, alguns aspectos centrais.

Ao narrar a cena, colocam-se em foco as noções que definem uma partilha do sensível mobilizada pela escolha de uma singularidade e pela emergência da capilaridade de relações que ela sustenta e que a atravessam. Por isso, é preciso retomar o conceito de dissenso de Rancière (1996; 2012a). O dissenso está no cerne da política, pois mostra as fissuras, coloca em xeque as certezas, os consensos e as crenças que estão dadas e não são questionadas. “A política é a atividade que reconfigura os âmbitos sensíveis nos quais se definem objetos comuns” (RANCIÈRE, 2012a, p. 59). Assim, as cenas de dissenso, que promovem resistência e dela resultam, podem redefinir o que é considerado o comum de uma comunidade, instaurando o regime político de partilha do sensível.

Ela [a política] rompe a evidência sensível da ordem “natural” que destina os indivíduos e os grupos ao comando ou à obediência, à vida pública ou à vida privada, voltando-os sobretudo a certo espaço ou tempo, a certa maneira de ser, ver e dizer. [...] Ela o faz por meio da invenção de uma instância de enunciação coletiva que redesenha o espaço das coisas comuns (RANCIÈRE, 2012a, p. 59-60).

Esta ruptura com o comum pré-configurado, com aquilo que seria considerado “natural”, fixo e imutável, tem um potencial comunicativo que não pode ser ignorado. A partir das enunciações que questionam quem pode fazer parte da política, as cenas de dissenso oferecem espaço para que os sujeitos que são considerados “sem parte no comum” (RANCIÈRE, 1996, 2009a) tomem a palavra, enunciem seus discursos e reconfigurem a ordem estabelecida.

Rancière procura enfatizar que os arranjos tentativos que buscam (no dispositivo de causalidade) neutralizar as resistências nas imagens podem ser abalados pela emergência da figuração. Ao contrário da representação pautada pela causalidade determinística, a figuração “é um sistema de relações entre semelhança e dessemelhança que põe em jogo vários tipos de intolerável” (Rancière, 2012a, p.93). Assim, o dispositivo figurativo e interacional criado pelos secundaristas questiona o



tipo de representação visual que atesta iconicamente a precariedade e a vulnerabilidade como fracasso, ou seja, os secundaristas fazem das próprias imagens a performatividade para uma ação política dissensual. A cena também é construída pelas filmagens, pois têm significado, são parte da insurgência.

É nesse ponto do percurso epistemológico que observo o entrelaçamento entre as cenas e os dispositivos foucaultianos, que também fazem parte da reflexão de Rancière. Como mencionado anteriormente, as cenas se constituem a partir da espessura de um acontecimento singular e da trama ou da constelação de eventos e relações que as atravessam e que nos permitem ler o conjunto dos vínculos que definem tal singularidade política. Essa constelação pode ser justamente pensada como um dispositivo definido por Foucault como o resultado de arranjos criados para responder a uma urgência e por Braga como arranjos disposicionais que criam situações interacionais e nelas se redefinem.

### **3. Dispositivos como arranjos comunicacionais da resistência**

Mesmo tendo construído uma filosofia do dispositivo, Foucault não chegou a estruturar o conceito de maneira clara em suas obras. Por causa disso, muitas das definições desenvolvidas pelos seus interlocutores sobre o termo acabam por restringi-lo ao dispositivo de poder ou ao dispositivo técnico, muitas vezes tratado erroneamente como sinônimo de veículos de mídia.

Ao ler muitos de seus textos, é possível entender que o dispositivo está ligado ao discurso, ao poder, às relações e às resistências. Ao expressar o intuito de analisar os dispositivos que permeiam a plebe, Foucault ([1977], 2003) ressalta que

Há sempre, com certeza, alguma coisa no corpo social, nas classes, nos grupos, nos próprios indivíduos que escapa, de uma certa maneira, às relações de poder; alguma coisa que não é matéria primeira mais ou menos dócil ou recalcitrante, mas que é o movimento centrífugo, a energia inversa, a escapada (FOUCAULT, [1977] 2003, p. 244).

Parece-me que Foucault está alertando para a capacidade de o dispositivo permear as relações, de que existe um sistema de relações nos dispositivos, incluindo aquelas que escapam às relações de poder, como as resistências e os dissensos<sup>3</sup>.

A partir da leitura da entrevista que Foucault concedeu à Revista *Ornicar*, em 1977, logo depois da publicação da obra *História da Sexualidade 1 – A vontade de saber*, quando ele esclareceu alguns pontos sobre o conceito de dispositivo, e também a partir da leitura que Deleuze ([1996] 2015, 2016) e Braga (2018, 2020) fazem do dispositivo foucaultiano, foi possível estruturar o conceito, de forma a compreender melhor sua contribuição para a reconstrução das cenas como processos comunicacionais.

Na entrevista citada, Foucault ([1977], 1994) deixa claro que o dispositivo tem uma função estratégica para o enfrentamento de uma urgência. Os elementos do dispositivo são um conjunto heterogêneo de proposições (discursos, instituições, leis, decisões, enunciados etc.), tanto o que é dito quanto o que é não dito. “O dispositivo é, propriamente, o sistema de relações que se pode estabelecer entre esses elementos” (FOUCAULT, [1977] 1994, p. 299).

O que fica claro nas respostas de Foucault é que o dispositivo faz parte de elaborações e tentativas de arranjos que se organizam entre os sujeitos e as componentes das situações por eles experienciadas e que respondem a uma urgência de forma estratégica. Importante ressaltar, ainda, na fala do autor, que o modo de funcionamento desses arranjos se aproxima de um jogo, cujas regras e possibilidades de combinações são moventes.

O que eu gostaria de ressaltar no dispositivo é precisamente a natureza do vínculo que pode existir entre esses elementos heterogêneos. Assim, esse discurso às vezes pode aparecer como um programa de uma instituição, às vezes como um elemento que torna possível justificar e mascarar uma prática que, por sua vez, permanece silenciosa ou pode funcionar como uma segunda reinterpretação dessa prática, para lhe dar acesso a um novo campo de racionalidade. Em resumo, entre esses elementos, discursivos ou não, há como que um jogo, mudanças de posição, modificação de funções, que também podem ser muito diferentes (FOUCAULT, [1977] 1994, p. 299).

---

<sup>3</sup> Apesar de Foucault não usar o termo dissenso em seus textos, como se trata de correlacionar os conceitos dos dois autores (Foucault e Rancière), optou-se por mesclar os conceitos utilizados por ambos na escrita.

Para Braga (2018, 2020), com base nessa entrevista de Foucault e em outros textos, o arranjo pode ser trabalhado como centro do dispositivo. Ele ressalta que essa proposta pode ser acionada para observar objetos de pesquisa que estão calcados na realidade com ênfase na dimensão comunicacional das coisas. Braga também advoga que é possível trabalhar com os conceitos de macro e microdispositivos, além dos conceitos de arranjos e dispositivos interacionais. “Há uma grande diversidade de microdispositivos, que referem, em composições variadas, àqueles macroagenciamentos de ordem comunicacional” (BRAGA, 2018, p. 89).

Deleuze ([1996] 2015, 2016), para quem “os dispositivos de poder seriam um componente dos agenciamentos” ([1996] 2015, p. 19), traça uma perspectiva sobre a filosofia dos dispositivos de Foucault, que os entende como multiplicidades nas quais “operam certos processos em devir” (2016, p. 363).

[O dispositivo] é uma meada, um conjunto multilinear. Ele é composto de linhas de natureza diferente. [...] seguem direções, traçam processos sempre em desequilíbrio e ora se aproximam, ora se distanciam umas das outras (DELEUZE, 2016, p. 359).

Deleuze ainda compreende que os dispositivos engendram linhas de fissura e de fratura que transpõem limiares, o que remete aos conceitos que Rancière articula para definir as cenas de dissenso. Para Deleuze, o dispositivo se forma por diversas linhas, das quais as principais são as linhas de visibilidade, de enunciação, de força e de subjetivação. Essas diversas linhas agiriam “como flechas que não param de entrelaçar as coisas e as palavras” (DELEUZE, 2016, p. 363).

É nesse sentido que vislumbro a reconstrução das cenas também como uma possibilidade de desemaranhar as linhas que compõem os dispositivos da insurgência secundarista e que promovem essas fissuras transformadoras que levam às linhas de subjetivação (e de individuação) e, por sua vez, podem formular novos dispositivos.

Apesar de Rancière não mencionar o dispositivo com esse enfoque, essa é uma aposta deste trabalho. Entendo que as cenas de dissenso podem revelar enquadramentos que deixam entrever os dispositivos e seus diversos feixes de linhas, promovendo uma rachadura na ordem consensual dos acontecimentos. Já que o



sujeito político e a cena de dissenso surgem juntos, e entendem-se os dispositivos como arranjos relacionais, fica evidente que esses arranjos, postos em prática, produzem a cena de dissenso. Ao mesmo tempo, o dispositivo é povoado por cenas e dentro das cenas podem surgir e operar microdispositivos, como lembra Braga (2018, 2020), além dos arranjos que constituem essas cenas.

#### **4. Confrontos e subjetividades dos dispositivos de poder**

Para reconstruir algumas cenas de dissenso que envolvem um movimento de insurgência, como o movimento secundarista, e analisá-las a partir da perspectiva dos arranjos disposicionais que permeiam essas cenas, é preciso antes compreender a correlação entre os dispositivos disciplinares e os processos violentos de repressões que veremos nas cenas do movimento secundarista.

Para Foucault, a concepção de poder envolve estratégias que surgem das correlações de forças e se ancoram nos dispositivos, nesse caso, dispositivos disciplinares. Pode-se inferir que Foucault vai desenvolver os conceitos de biopoder e biopolítica a partir da ideia de dispositivo, como controle e disciplina.

Em *Diálogo sobre o poder*, entrevista concedida a estudantes de Los Angeles e publicada em 1978, Foucault mencionou o discurso como uma série de acontecimentos, ao qual o poder está vinculado, constituindo um elemento do dispositivo.

O tipo de análise que pratico não trata do problema do sujeito falante, mas examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona. Portanto, o poder não é nem fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder (FOUCAULT, [1978] 2003, p. 253 – grifo meu).

Nesta mesma entrevista, Foucault vai caminhar para fazer o dispositivo encontrar a biopolítica, sem defini-la ou mencioná-la diretamente no texto. Ao afirmar que o corpo humano não existe senão como um artigo biológico, que se compõe no interior de um sistema político, Foucault estaria tateando o conceito de biopolítica.

A sociedade instaurou um modo de poder que não se fundamentava sobre a exclusão – é ainda o termo que se emprega -, mas sobre a inclusão no interior de um sistema no qual cada um devia ser localizado, vigiado, observado noite e dia, no qual cada um devia ser acorrentado à sua própria identidade (FOUCAULT, [1978] 2003, p. 255).

Esse modo de poder, esse dispositivo disciplinar mencionado por Foucault, que inclui o sujeito em um sistema em que ele possa ser controlado, em que se tenha poder sobre a vida do sujeito e o deixe morrer, é a própria definição de biopolítica. A sociedade não exclui o sujeito, não o mata, como o soberano fazia, mas tem controle sobre sua vida, por meio de diversos dispositivos disciplinares.

As disciplinas diversas, como escola, saúde pública, habitação e migração, se desenvolvem como técnica para obter a sujeição dos corpos e o controle da população. É o biopoder que se instaura. Nesse sentido, a tecnologia do biopoder é a tecnologia do poder sobre a população, uma nova técnica de poder sobre o homem ser vivo. São duas tecnologias de poder que se sobrepõem: a) centrada no corpo, com efeitos individualizantes que manipulam o corpo para torná-lo útil e dócil – o biopoder e b) centrada na vida, que agrupa os efeitos de massas da população, controlando uma série de eventos que culminam em um “equilíbrio” global, para tudo ficar em seu devido lugar – a biopolítica. Para Foucault ([1976] 2010), a articulação entre biopoder e biopolítica, na forma de agenciamentos concretos, constituirá a grande tecnologia de poder a partir do século XIX, sendo que os dispositivos de poder serão seus modos de ação mais importantes. “Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de afirmações de direito” (FOUCAULT, [1976] 2017, p. 157).

O que também me interessa nessa discussão é o desdobramento desses conceitos no que autores, como Maurizio Lazzarato (2006) e Peter Pál Pelbart (2011), com base na obra de Foucault, chamaram de biopotência. O biopoder seria, portanto, um regime de dominação da vida; a biopolítica, uma forma de dominação da vida e a biopotência seria a potência de vida da multidão.

Essa biopotência também pode assumir a forma de uma resistência, de uma sobrevivência. É a noção de vida que deixa de ser definida apenas por processos

biológicos e passa a significar uma energia da multidão, um desejo de afetar e ser afetado. Nesse sentido, essa sinergia coletiva transforma a biopolítica de poder sobre a vida para um sentido positivo de potência da vida.

Por outro lado, quanto mais a resistência, sob a forma da biopotência, ganha espaço, mais o poder tenta se manter forte para conter as lutas, as insurgências, os excessos. Essas técnicas de poder sobre o indivíduo podem acontecer pela força policial. Retomando aqui o diálogo entre Rancière e Foucault, ambos abordam as questões sobre a polícia em seus textos, compreendendo esse aspecto de poder disciplinar com algumas dissidências.

É importante ressaltar que, tanto para Foucault quanto para Rancière, a polícia não está associada ao aparelho repressivo do Estado, apesar de se manifestar em nome dele. Mesmo assim, a polícia, para Foucault, está mais associada a um dispositivo institucional, enquanto Rancière a toma como um complemento da política – uma não existe sem a outra. “Em Foucault, a polícia agiria como uma forma de legitimação e instituição do poder, mas em Rancière a polícia é uma forma de estruturar e partilhar um mundo comum que se opõe à igualdade” (MARQUES e PRADO, 2018, p. 104).

Ao contrário de Rancière, Foucault ([1976] 2010; [1977] 2003; [1979] 2012) compreende a polícia como um dispositivo institucional da biopolítica, que estaria atrelada ao controle dos corpos e das vidas, ou seja, a polícia é um poder que se estende além dos controles governamentais, ligada aos dispositivos disciplinares, mas ainda assim adquire um caráter de Estado.

E, depois, elas [as disciplinas] adquirem facilmente uma dimensão estatal em certos aparelhos como a polícia, por exemplo, que é a um só tempo um aparelho de disciplina e um aparelho de Estado (o que prova que a disciplina nem sempre é institucional) (FOUCAULT, [1976] 2010, p. 210).

Para Rancière (1996, 2009a), a polícia é uma cena de definição hierárquica do comum, que define o modo da partilha do sensível e se ocupa em manter a ordem consensual. Para o autor, a polícia “distribui os corpos no espaço de sua visibilidade ou de sua invisibilidade e põe em concordância os modos de ser, os modos de fazer e os modos do dizer que convêm a cada um” (RANCIÈRE, 1996, p. 41).

Ao distinguir o conceito de polícia da força policial, que usa de violência e armamentos para manter a ordem, Rancière (1996) usa o termo “baixa polícia” para identificar este último.

A baixa polícia é apenas uma forma particular de uma ordem mais geral que dispõe o sensível, na qual os corpos são distribuídos em comunidade. É a fraqueza e não a força dessa ordem que infla em certos estados a baixa polícia, até encarregá-la do conjunto das funções de polícia (RANCIÈRE, 1996, p. 42).

Portanto, ao contrário de Foucault, para Rancière a polícia não define uma instituição de poder, mas sim um princípio de partilha do sensível, em que as estratégias e as técnicas de poder podem ser definidas. Mesmo que Foucault ([1976] 2010; [1977] 2003; [1979] 2012) caracterize a polícia como algo que ultrapassa o aparelho repressivo do Estado, fica claro que a ênfase do autor está na interface da polícia com o poder, como dispositivo e instrumento do poder, atuando como controle social. Já para Rancière (1996) fica evidente que a polícia está mais implícita na sociedade, se inscrevendo em modos de ser e de dizer.

Desse modo, passaremos à reconstrução de duas cenas de enfrentamento entre os secundaristas e a polícia militar na cidade de São Paulo, observando os desdobramentos das cenas de dissenso que compõem os confrontos, bem como os arranjos disposicionais que surgem como potencialidades de comunicação.

## **5. As cenas de confronto e seus arranjos disposicionais**

Na perspectiva de Braga (2018, 2020), o modelo proposto por Foucault não se concentra no dispositivo pronto, mas sim no “processo estratégico continuado” (2018, p. 90), que se revela na pesquisa. É por isso que Braga adota o termo arranjos disposicionais, para diferenciá-lo do dispositivo pronto, afastando-se dessa expressão que engessa o conceito.

Se os arranjos, as lógicas do jogo (com seus objetivos, suas regras de funcionamento e suas táticas de ajuste) são a dinâmica central do dispositivo – e aqui, de qualquer dispositivo social assumido na lógica do modelo foucaultiano -, *então devemos perceber a centralidade da comunicação em*

---

*todo e qualquer processo social. Arranjos disposicionais são, em si mesmos, exercícios práticos da potencialidade comunicacional do ser humano (BRAGA, 2018, p. 90).*

O que interessa nesta análise, portanto, é a lógica interacional do dispositivo. Para o autor, é fácil perceber a correlação entre a perspectiva do dispositivo interacional com a dinâmica dos processos comunicacionais, que nada mais são que elementos compartilhados, dinâmicas de experimentação e tentativa, gerando urgências e desafios que completam a articulação e os tensionamentos em torno dos processos comunicacionais.

Por outro lado, é importante lembrar que uma das marcas dos movimentos de resistência é a violência empregada pela repressão policial, que tenta coagir os manifestantes por meio da força.

Outro ponto importante a ressaltar nesse percurso é sobre o papel do pesquisador na reconstrução das cenas de dissenso. A reconstrução da cena envolve mais do que a mera descrição do acontecimento. É preciso assumir que, como autora desta pesquisa, eu monto a cena de confronto; sou eu que identifico, nos acontecimentos, uma descontinuidade temporal e sensível, um corte no tempo uniforme e nos modos naturalizados de percepção, que permitem outra apresentação da legibilidade política dos sujeitos e dos corpos. Sou eu que evidencio como a transformação promovida pela cena não é radical ou imediata, mas permite a identificação de singularidades por meio das quais se pode pensar em uma série de mudanças possíveis de ocorrerem a longo prazo. Sou eu quem monta a cena, quem traça uma articulação e elabora uma montagem entre grandes acontecimentos e uma multiplicidade de microacontecimentos sensíveis (entre eles a transformação do olhar), que “expõem as diferentes formas como uma mesma coisa pode ser percebida, configurando um momento no qual as coisas podem vacilar, ser sacudidas” (RANCIÈRE, 2018, p. 31).

Para mim fundamentalmente uma cena não está jamais isolada. Um acontecimento pontual não é ainda uma cena: é meu trabalho transformar em cena este ou aquele acontecimento. A cena existe através da *mise en scène* discursiva e sensível que construo entre palavras de comentadores e acontecimentos sensíveis que eles se aplicam a captar. A cena não é jamais simplesmente um acontecimento empírico que eu me ponho a contar e



analisar. A cada vez, há um conjunto de fios que são ligados, ressonâncias e harmônicos que a constituem. Eu constituo a cena tendo em mente a referência possível a outras cenas (RANCIÈRE, 2018, p.121).

Sendo assim, passemos à reconstrução das cenas dos estudantes em seus enfrentamentos com a polícia e, mais abrangente, com a própria escola como um dispositivo de poder. Não é difícil visualizar a instituição escolar como um mecanismo de poder, que serve para disciplinar os corpos. No entanto, já sabemos que a resistência surge onde há relações de poder que são fissuradas, rompidas. A revolta é uma reação ao poder que se impõe, “a reação a uma condição que se considera indigna, indesejada e contra a qual vale a pena colocar a própria vida em risco para afirmar a vida” (GALLO, 2017, p. 315).

Ainda sob a perspectiva de Foucault ([1982] 2014) sobre a resistência a esse tipo de relação de poder, Gallo observa que o sujeito pode seguir uma dupla perspectiva, ou seja, a) o assujeitamento, que se deixa subjetivar pelas forças do poder, o que acaba acontecendo na maior parte do tempo durante a vida escolar e b) a subjetivação, quando o sujeito em ação sobre si mesmo transforma-se a partir de condições postas – e aí pode surgir a resistência. “Ao recusar o que somos, lutamos contra as formas de assujeitamento e tal luta é constitutiva de nossa própria subjetividade” (GALLO, 2017, p. 317).

As cenas do movimento secundarista que ocupou as escolas de São Paulo, em 2015, reconstruídas aqui, mostram o processo de práticas de subjetivação que resistem ao assujeitamento produzido nas escolas. Muitos dos relatos dos estudantes naquela época destacam os aspectos subjetivos do movimento, com foco na vida escolar, antes e depois das ocupações, o nascimento de um sentimento de pertencimento ao espaço público, a reinvenção desse espaço e de seus métodos de poder, e o que tal vivência provocou em cada sujeito, a partir dos enfrentamentos desse mecanismo de poder.

A primeira cena destacada é a história de Camilla Rodrigues, com 15 anos na época das ocupações, estudante da E. E. Fernão Dias. Para contar essa história, além do depoimento da própria aluna, trago as imagens do momento em que Camilla foi presa junto com seu colega William, da mesma escola (FIG. 1 e 2).

Camilla participava de uma manifestação na avenida Nove de Julho, região central de São Paulo, em que estudantes trancaram aquela via pública com carteiras, faixas e cartazes. Eram cerca de 250 estudantes, que tentaram negociar a permanência na via com a polícia, mas esta reagiu com violência, atirando bombas de gás lacrimogêneo e avançando contra eles com cassetetes e escudos da tropa de choque.

Camilla contou que ela foi uma das manifestantes que tentou conversar com os policiais e explicar a importância do movimento para eles, mas, segundo ela, não teve negociação. A polícia militar exigiu que os estudantes deixassem imediatamente o local e eles se recusaram.

Vejamos o depoimento de Camilla<sup>4</sup> sobre esse momento:

*Foi no ato da Nove de Julho, que eu estava lá presente. Eles [policiais] começaram a atacar e nisso eu fui para uma via do lado. Todo mundo correndo e eu fiquei do lado da calçada, porque não estava aguentando, meu olho estava ardendo demais. Aí o William, meu amigo, chegou e falou: “vamos sair daqui, porque está vindo a próxima tropa”. Então a gente só correu, pegou a cadeira e levou para a passarela. O nosso erro foi que só tinha nós dois. Eles cercaram a gente, bateram no meu amigo William e pegaram no meu braço forte e queriam me levar para o camburão. Aí eu falei que não iria entrar no camburão e ela [policia feminina] falou: “Você vai entrar por sua vontade ou a força”. E eu falei que não iria entrar no camburão. E acho que eles pensaram melhor, porque levar estudante no camburão ia ser uma imagem muito forte para eles. Então eu fui no banco (Camilla Rodrigues, E. E. Fernão Dias, 2015).*

Na Figura 1, podemos ver Camilla algemada, sendo levada para a viatura policial. Enquanto ela é colocada no carro, ela entoava os versos: “Que vergonha, que vergonha deve ser/ Oprimir um estudante pra ter o que comer”.

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida em 2015, durante as ocupações. Depoimento transcrito do documentário: LUTE como uma menina! Direção e produção: Flávio Colombini e Beatriz Alonso. São Paulo: 2016. Documentário (77 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8OCUMGHm2oA&t=1157s&list=PLx6HesqJ7yTiTG-MQ8YBFce84NV9OQjwm&index=4>>. Acesso em: 31/03/2021.



FIGURA 1 – Imagem da manifestação na avenida Nove de Julho, com Camilla sendo levada pelos policiais

FONTE – Frame do vídeo captado com o celular pelos secundaristas<sup>5</sup>

Na Figura 2, a imagem registrada pelo repórter do *Jornalistas Livres*, Sato do Brasil, mostra Camilla já dentro do carro dos policiais no momento em que ela abre sua blusa e deixa a mostra a palavra “Lute” escrita em seu colo.

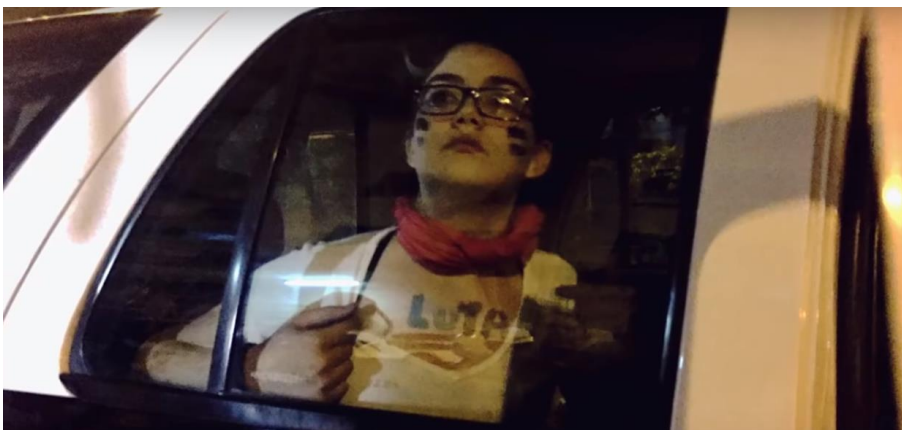


FIGURA 2 – A estudante Camilla dentro do carro da Polícia Militar

FONTE – Foto de Sato do Brasil, do *Jornalistas Livres*

<sup>5</sup> Fonte: LUTE como uma menina! Direção e produção: Flávio Colombini e Beatriz Alonso. São Paulo: 2016. Documentário (77 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8OCUMGHm2oA&t=1157s&list=PLx6HesqJ7yTiTG-MQ8YBFce84NV9OQjwm&index=4>>. Acesso em: 31/03/2021.

Mesmo enfrentando um forte dispositivo de poder, que tenta disciplinar e submeter os corpos ao controle, a regulações e à coerção, os estudantes, representados aqui pela cena dissensual de Camilla, mostraram serem capazes de promover arranjos disposicionais nas resistências, fugindo do assujeitamento proposto pelo biopoder manifestado, nesse caso, pelo estado, com sua polícia militar armada contra adolescentes.

Os arranjos se manifestam pela potência da comunicação que envolve o movimento, seja estampada no corpo da secundarista, seja em suas palavras entoadas com coragem diante dos policiais, seja na cobertura realizada pelos repórteres presentes, que serviram como uma proteção para que os estudantes não sofressem mais com a violência policial, ou, ainda, nas imagens produzidas pelos próprios secundaristas, com seus celulares, que gravam toda a movimentação como prova de suas ações e da ação policial. São articulações e invenções para usar os arranjos disposicionais para a resistência. E a cena de dissenso é um espaço propício para que esse processo aconteça.

Vejamos agora a cena com a estudante Othilia Balades. A estudante também da E. E. Fernão Dias, com 18 anos na época, também foi detida durante uma manifestação na avenida Tiradentes, que seguiu para o centro da cidade de São Paulo. Na ocasião, sua mãe, que também participava da manifestação, foi detida junto com ela e outros estudantes. Vejamos o relato<sup>6</sup> e as imagens da prisão de Othilia (FIG. 3 e 4).

*A gente estava fazendo trançaços, tipo, uma semana inteira só de trançaços, e a gente foi fazer um trançaço na av. Tiradentes. Não deu nem 15 minutos que a gente estava lá e o Choque já chegou jogando bomba e a gente teve que ir para outro lugar, porque não dava para ficar lá. Nisso a gente começou a andar por São Paulo, até que a gente foi parar na 25 de março e os policiais encurralaram a gente de todos os lados possíveis e mandaram todo mundo sentar. Mas nisso já estava todo mundo de joelho no chão, com os braços erguidos, rendido mesmo, e eles chegaram, falaram pra todo mundo sentar senão eles iam bater em todo mundo. Estava todo mundo sentado já e eles jogaram mais uma bomba, foi super desnecessário. E como eu não estava*

<sup>6</sup> Entrevista concedida em 2015, durante as ocupações. Depoimento transcrito do documentário: LUTE como uma menina! Direção e produção: Flávio Colombini e Beatriz Alonso. São Paulo: 2016. Documentário (77 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8OCUMGHm2oA&t=1157s&list=PLx6HesqJ7yTiTG-MQ8YBFce84NV9OQjwm&index=4>>. Acesso em: 31/03/2021.



*junto com todo mundo, eu estava mais para o lado, os policiais cercaram a gente e fizeram um cordão de policiais na nossa frente e falaram que iam levar todo mundo que estava ali para a DP. Então, a minha mãe, que estava no ato junto, quando ela me viu ali no meio, ela ficou doida, né? E começou a falar: “Não! Deixa eu tirar a minha filha daí”. E o policial: “Meu, você não vai tirar a sua filha daí”. E ela: “Mas é minha filha, eu tenho que ir com ela”. E ele falou: “Então você vai ser detida junto”. Ela falou: “Então tá, eu tô detida”. Ela foi para a DP junto com a gente. A gente ficou lá um tempo, ficamos quatro horas na DP. Não deu nada, eu não tive que assinar nada, eu não prestei depoimento, foi só uma cansera mesmo, não teve motivo algum. Eu até perguntei para um policial: “Por que vocês prenderam a gente se tinha tanta gente e a gente não fez nada?”. E ele: “porque vocês estavam na nossa vista”. Essa é a polícia de São Paulo (Othilia Balades, E. E. Fernão Dias, 2015).*

Na Figura 3, vemos que policiais cercam um grupo de alunos que estavam na manifestação da Avenida Tirantes. Apesar de a imagem não estar nítida, tendo em vista que foi gravada pelos estudantes no calor do momento, sabe-se que entre os alunos cercados pelos policiais está Othilia Balades.



FIGURA 3 – Imagem da manifestação no centro de São Paulo, com policiais cercando os estudantes  
FONTE – Frame do vídeo captado com o celular pelos secundaristas<sup>7</sup>

Na Figura 4, vemos Othilia Balades, com uniforme escolar, cercada pelos policiais, em imagem captada pelo repórter do *Jornalistas Livres*, André Lucas Almeida.

<sup>7</sup> Fonte: LUTE como uma menina! Direção e produção: Flávio Colombini e Beatriz Alonso. São Paulo: 2016. Documentário (77 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8OCUMGHm2oA&t=1157s&list=PLx6HesqJ7yTiTG-MQ8YBFce84NV9OQjwm&index=4>>. Acesso em: 31/03/2021.





FIGURA 4 – A estudante Othilia cercada por policiais  
FONTE – Foto de André Lucas Almeida, do *Jornalistas Livres*

A polícia militar, que deveria ser um dispositivo de proteção para a população, especialmente para os estudantes, acaba cumprindo ali outra função, ligada ao poder disciplinador do Estado e seguindo somente o seu comando, não se preocupando com o bem-estar dos sujeitos ali presentes. É a manifestação mais latente da tentativa de assujeitamento do indivíduo, de joelhos, acuado, sem ter para onde fugir. É uma tentativa do biopoder de manter, pela força policial, os indivíduos sob o controle da biopolítica, quando estes tentam escapar de sua jurisdição.

Como a polícia não garante a segurança e a proteção para os estudantes, está nos processos de comunicação, ou seja, na gravação, seja pelos repórteres ou pelos próprios secundaristas, de todas as ações deles e dos policiais, o que garante uma certa autonomia para a produção da autoexpressão e de práticas de resistência.

Nas cenas reconstruídas nesse tópico, dois dispositivos de comunicação estão presentes e que são a) a imprensa considerada alternativa, independente, especialmente representada pelos repórteres do *Jornalistas Livres*, portal de notícias formado em 2013, durante as Jornadas de Junho, que tem como proposta fazer uma cobertura independente dos grandes veículos de mídia e b) os celulares dos secundaristas, gravando todos os passos do movimento, sem se deixarem abater pelas ameaças que recebem dos policiais.

A mídia independente, como o *Jornalistas Livres* e o *Mídia Ninja*, surge no Brasil e no mundo na seara dos mais novos movimentos sociais, inserindo-se em um contexto midiático em que a internet e as redes sociais digitais ocupam um espaço cada vez maior. Por isso, eles definem o jornalismo que produzem como uma grande rede, na qual circula uma narrativa jornalística independente, calcada na ação. Eles também reforçam a ideia de um jornalismo colaborativo, em que os participantes são produtores e consumidores da informação (FERREIRA, 2016). Além disso, promovem coberturas em tempo real, no calor do acontecimento, gravando em plano-sequência, sem edição, as quais acabam sendo aproveitadas, inclusive, por outros veículos. Esses sites, portais e canais passam, portanto, a ser considerados uma ferramenta política e midiática na cobertura de manifestações.

No caso das ocupações dos secundaristas, a presença de repórteres do *Jornalistas Livres* na maior parte dos eventos garantiu uma cobertura que se aproxima dessa juventude militante e, ao mesmo tempo, se configurou como um arranjo disposicional que manteve, em certa medida, a segurança dos manifestantes. Na primeira cena reconstruída, com a estudante Camilla Rodrigues sendo levada pelos policiais, o repórter acompanhou todos os passos da estudante e registrou uma foto emblemática, que circulou em várias redes, da aluna, menor de idade, dentro da viatura policial, com a palavra LUTE inscrita em seu corpo. Podem-se observar as linhas de visibilidade porque as imagens são uma potência da resistência, e as linhas de enunciação, pois a aluna brada a sua revolta e mostra em seu próprio corpo a narrativa que deseja visibilizar. De certo modo, em todas as cenas reconstruídas neste tópico, pode-se observar que a presença da imprensa inibe o uso da força e da violência.

## **6. O que considerar depois de reconstruir as cenas?**

Algumas considerações importantes podem ser pensadas a partir dessas cenas de confronto reconstruídas neste artigo. A primeira delas é o evidente uso da força policial como dispositivo de poder. O poder se exerce em diversas instâncias de

controle, de proibições, de coerções. A instituição escolar também se configurava como um espaço de relações de poder hierárquicas, no sentido biopolítico, pois o controle dos corpos era feito de forma a docilizar o indivíduo na multiplicidade, inserindo os corpos em um sistema político desenhado pela previsibilidade.

Ao romper com a lógica da biopolítica, os estudantes formaram a resistência a essa relação de poder-saber, escola-aluno, questionando essa relação vertical e hierarquizada. O sistema biopolítico é suspenso, fraturado, ainda que de forma provisória, pois os estudantes insurgem na biopotência. Assim, o biopoder se manifesta na forma policial, em muitos casos, como um poder do Estado para conter a resistência, mas também nas relações de afeto – pais e filhos, professores/diretores e estudantes. São as próprias relações de poder que provocam a resistência e vice-versa. Uma não existe sem a outra.

O poder daquele que domina, manifestado nessas cenas sob a forma de polícia, aumenta a força, a agressão, a violência, conforme mais enraizadas forem as resistências. É como se, ao insistirem em manterem-se em ocupação, nas ruas, em protesto, os estudantes afrontassem a ordem que estabiliza assimetricamente as relações de poder. Na verdade, eles não só afrontam como também fissuram essa relação de poder, subvertendo-a. É como se tais emoções não tivessem apenas uma dimensão negativa, mas também uma força capaz de rearticular lugares de fala, posições de enunciação e agenciamentos coletivos. Para isso, os sujeitos devem promover arranjos comunicativos que atravessem essa tentativa de governar suas condutas. Esses arranjos, geralmente, se configuram por meio da imprensa e das estratégias de comunicação do próprio movimento.

Sobre a produção das imagens, chego a um outro arranjo promovido pela insurgência secundarista que são as próprias imagens, que entrelaçam as linhas de visibilidade, enunciação, força e subjetividade, configurando uma trama na qual as desidentificações propostas pelos jovens emergem nos intervalos. As linhas se entrelaçam e se separam nesse ponto, formando imagens geralmente pouco nítidas, que são como mapas tentativos para a reconstrução dessas cenas e que dão visibilidade para os enunciados dos secundaristas. São experimentações, criações feitas no calor do momento, trazendo também para essa produção um aspecto de

bricolagem, porque, muitas vezes, as imagens perdem o foco, o enquadramento, o áudio, mas não deixam de mostrar a potência da resistência.

Essas experimentações também acontecem no momento da disputa política, com os corpos em ação, produzindo as imagens em caráter de urgência. Por isso, elas não são nítidas e, muitas vezes, não evidenciam transformações. Nesses arranjos, o mais importante é o que as imagens não mostram (DIDI-HUBERMAN, 2010, 2017), ou seja, o devir que está implícito e latente nesse processo.

A forma como os estudantes articulam as imagens, escondendo-se, perdendo o foco da câmera em determinados momentos, com ruídos, faz com que elas ganhem outros sentidos. Eles expõem, assim, o desejo de produzir uma temporalidade para permitir o trabalho político do olhar, produzindo as condições necessárias para tomarem posição e revelando as operações que tornam essas imagens possíveis. Afinal, “a maneira como você olha, descreve e compreende uma imagem é, no fim das contas, um gesto político” (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 106).

Desse modo, nessa cena de disputa, o ato de gravar se configura como um dispositivo importante, como visto, que produz um arranjo disposicional entre as forças que atravessam o acontecimento. Além de se configurar como linhas de visibilidades e enunciações, a câmera-corpo se molda como uma linha de força também, já que subjuga quem antes era o dominante.

Filma-se ao caminhar, abre-se caminho ao filmar. Filma-se ao se proteger do ataque policial e se protege ao filmar. Filma-se ao contra-atacar e denuncia-se ao filmar. Filma-se com uma mão e com a outra se tampa os olhos ardidos de gás-lacrimogêneo. Filma-se com uma mão e com a outra se oferece o pano encharcado de vinagre ao companheiro. Filma-se sem ver e se vê pela imagem que retorna na micro tela da câmera de celular (VEIGA e KIMO, 2017, p. 39).

O dispositivo “celular” e a presença da imprensa independente possibilitaram, portanto, que a resistência se fortalecesse contra os poderes disciplinares e as configurações de força que sempre tentam promover o assujeitamento do indivíduo e retomar o sistema biopolítico na sociedade. Com os arranjos disposicionais promovidos pela resistência é possível atravessar o biopoder e fazer insurgir a biopotência.

## Referências

- BRAGA, José Luiz. Interagindo com Foucault. Os arranjos disposicionais e a Comunicação. **Questões Transversais – Revista de Epistemologia da Comunicação**, Vol. 6, nº 12, p. 81-91, jul-dez 2018.
- BRAGA, José Luiz. **Uma conversa sobre dispositivos**. Belo Horizonte (MG): PPGCOM/UFMG, 2020.
- CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. **Escolas de luta**. Coleção Baderna. São Paulo: Veneta, 2016.
- DELEUZE, Gilles. Desejo e prazer: cartas de Deleuze a Foucault. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, ano 12, nº 17, pp. 15-26, [1996] 2015.
- DELEUZE, Gilles. **Dois regimes de loucos**. Textos e entrevistas (1975-1995). Edição preparada por David Lapoujade. São Paulo: Editora 34, 2016.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas**. São Paulo: Editora 34, 2017.
- FERREIRA, Thiago. Mídia Ninja e juventude: corpos e afetos nas disputas políticas e nas narrativas audiovisuais. In: JESUS, Eduardo et al. (orgs.). **Reinvenção comunicacional da política: modos de habitar e desabitare o século XXI**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2016, p. 129-145.
- FOUCAULT, Michel. Le jeu de Michel Foucault. Entrevista dada à revista Ornicar. In: **Dits et Écrits**, v.3, [1977], 1994, p.194-228.
- FOUCAULT, Michel. Poderes e estratégias. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1977] 2003, p. 241-252.
- FOUCAULT, Michel. Diálogo sobre o Poder. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1978] 2003, p. 253-266.
- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, [1976] 2010.
- FOUCAULT, Michel. A estratégia do contorno. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos e escritos VIII: segurança, penalidade e prisão**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1979] 2012. p. 133-136.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos e escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1982] 2014. p. 118-140.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1976] 2017.
- GALLO, Sílvio. Insurreições escolares? In: RAGO, Margareth; GALLO, Sílvio (Orgs.). **Michel Foucault e as insurreições. É inútil revoltar-se?** São Paulo: CNPq, Capes, Fapesp, Intermeios, 2017, p. 311-321.
- LAZZARATO, Maurizio. **As Revoluções do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.





---

MARQUES, Ângela C. S.; PRADO, Marco Aurélio M. **Diálogos e Dissidências**: Michel Foucault e Jacques Rancière. Curitiba, Appris, 2018.

PELBART, Peter Pál. **Vida Capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Editora Iluminuras, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. Política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: Estética e política. São Paulo: Editora 34, 2009a.

RANCIÈRE, Jacques. The method of equality: an answer to some questions. In: ROCKHILL, Gabriel; WATTS, Philip (eds.). **Jacques Rancière: History, Politics, Aesthetics**. Durham and London: Duke University Press, 2009b, p.273-288.

RANCIÈRE, Jacques. **O Espectador Emancipado**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012a.

RANCIÈRE, Jacques. **The method of equality**. Interviews with Laurent Jeanpierre and Dork Zabunyan. Cambridge: Polity Press, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **Le méthode de la scène**. Entretien avec Adnen Jdey. Paris: Lignes, 2018.

VEIGA, Roberta; KIMO, Paula. Como insurgir no acontecimento pelas imagens. Notas sobre uma modalidade de regime estético. **Revista Eco-Pós**, Vol. 20, nº 2, p. 32-52, 2017.